



DENÚNCIA Nº	E-MAIL
PROTOCOLO SICCAU Nº	581576/2017
RELATOR	ELISANGELA FERNANDES BOKORNI

DELIBERAÇÃO CED-CAU/MT nº 216/2021

A **COMISSÃO DE ÉTICA E DISCIPLINA – CED-CAU/MT**, reunida ordinariamente de maneira virtual (aplicativo Microsoft Teams), no dia *17 de novembro de 2021*, no uso das competências que lhe conferem o artigo 12, § 1º, da Resolução CAU/BR nº 104, o artigo 2º, inciso III, alínea ‘b’, da Resolução CAU/BR nº 30 e o artigo 95 do Regimento Interno do CAU/MT; e

Considerando os fatos expostos pelo (a) relator (a) Conselheiro (a) Elisangela Fernandes Bokorni no parecer de admissibilidade.

Considerando que há nulidade as quais podem ser declaradas, nulas de ofício, conforme previsto nos arts. 102 e 106 da Resolução CAU/BR nº 143/2017.

Considerando que há indício de infração as regras 3.2.6, 3.2.11 e 3.2.12 do Código de Ética e Disciplina, aprovado pela Resolução CAU/BR nº 52/2013 e inciso X, do art. 18 da Lei 12.378/2010, uma vez que, “vislumbra-se que *houve uma demora em protocolar o pedido da Prefeitura em 2 (dois) meses*” e “a princípio que as imagens anexas a denúncia, parece haver desídia, e ao não informar os prazos ao contratante..”

Considerando que compete à CED-CAU/MT realizar o juízo de admissibilidade, imediatamente após a leitura do parecer de admissibilidade emitida pelo relator e que a referida Comissão decidirá pelo acatamento da denúncia e consequente instauração do processo ético-disciplinar ou no não acatamento da denúncia e consequente determinação do seu arquivamento liminar, nos termos do art. 21, da Resolução CAU/BR nº 143/2017.

DELIBEROU:

1. Aprovar a nulidade da decisão dos atos nulos de pleno direito a partir da decisão de fls. 41/42.
2. Aprovar o parecer de admissibilidade fundamentado do (a) Conselheiro (a) Relator (a), decidindo pelo acatamento da denúncia e consequente instauração do processo ético-disciplinar.
3. Intimar o denunciado da instauração do processo ético-disciplinar e dos fatos imputados, indicando os dispositivos supostamente infringidos e as eventuais sanções aplicáveis, advertindo:
 - a) O denunciado a apresentar defesa no prazo de 30 (trinta) dias, com os documentos que eventualmente a instruem e a indicação de outras provas a serem produzidas, bem como, se for o caso, o rol de testemunhas, até o máximo de 5 (cinco), indicando inclusive a necessidade de audiência de instrução, arrolando testemunhas; e



DENÚNCIA Nº	E-MAIL
PROTOCOLO SICCAU Nº	581576/2017
RELATOR	ELISANGELA FERNANDES BOKORNI

DELIBERAÇÃO CED-CAU/MT nº 216/2021

b) Indicando a possibilidade de pedido de sigilo do processo ético-disciplinar, hipótese em que somente as partes e seus procuradores terão acesso às informações e aos documentos nele contidos, nos termos do art. 21, § 1º da Lei nº 12.378, de 2010.

4. Intimar o (a) denunciante, se houver, comunicando o acatamento da denúncia e, conseqüentemente, instauração do processo ético-disciplinar e se interessado (a), complementar a denúncia, em até 30 (trinta) dias, indicando outras provas a serem produzidas, dentre as quais, a audiência de instrução, para produção de prova oral, inclusive com o arrolamento de possíveis testemunhas, até o máximo de 5 (cinco).

Com **03 votos favoráveis** dos Conselheiros: Elisangela Fernandes Bokorni, Weverthon Foles Veras e Karen Mayumi Matsumoto, **00 votos contrários; 00 abstenções e 01 ausência** da Conselheira Vanessa Bressan Koehler.

VANESSA BRESSAN KOEHLER
Coordenadora

AUSENTE

ELISANGELA FERNANDES BOKORNI
Membro

KAREN MAYUMI MATSUMOTO
Membro

WEVERTHON FOLES VERAS
Membro